MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

PROTOCOLO Nº: 593171/20
ORIGEM: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
INTERESSADO: ELOI DE SOUZA FALCAO, MÁRCIO CLAUDIO WOZNIACK, MAVILA DE FATIMA BARBOSA ARRUDA FALCÃO, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
PARECER: 566/21

***Ementa:** I - Representação. Município de Fazenda Rio Grande. Alegação de nepotismo na nomeação de servidores. Inocorrência.*

II – Constatação da existência de cargos comissionados com a atribuição de funções técnicas, operacionais e burocráticas. Contrariedade às teses fixadas pela STF no RE nº 1041210 e aos enunciados do Prejulgado nº 25.

III – Pela improcedência. Emissão de determinação para adoção de providências corretivas.

Cuida-se de Representação proposta pelo Procuradoria Geral deste Ministério Público em face do Município de Fazenda Rio Grande.

Para descrição das *iter* processual, reproduzimos, por brevidade, o relatório elaborado na Instrução nº 2176/21-CGM (peça 47):

Trata-se de representação, com pedido cautelar, formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado Paraná, tendo em vista a existência de **irregularidades na nomeação do senhor Eloi de Souza Falcão, para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Prefeito.**

Em suma, a Representante alega que:

A partir de reclamação enviada por meio do canal “Fale Conosco”, buscou apurar a situação ocorrida no Município de Fazenda Rio Grande relativamente aos Decretos 5144/20, de 10 de Março de 2020, e 5189/20, de 1º de Abril de 2020, que **nomearam o senhor Eloi de Souza Falcão como Chefe de Gabinete do Prefeito e como responsável pela Secretaria de Governo**, respectivamente, **a despeito do fato de sua cônjuge senhora Mávila de Fátima Barbosa Arruda Falcão, ocupar o cargo de Diretora de Área da Secretaria Municipal de Urbanismo, desde 18 de março de 2018**, conforme Decreto 4700/2018, o que **configuraria**, em **tese**, a **prática** de **nepotismo**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

Houve o recebimento da presente Representação, sem o deferimento da medida cautelar, nos termos do Despacho n.º 1191/20 – GCDA (peça 16), tendo sido determinada a citação dos interessados para o exercício do contraditório, bem como determinou-se o encaminhamento dos presentes autos à unidade técnica, com posterior remessa ao Ministério Público de Contas, para as competentes manifestações.

Os interessados senhores Eloi de Souza Falcão e Mávila de Fátima Barbosa Arruda Falcão apresentaram defesa conjunta, as peças 42, na qual refutam os argumentos trazidos pela representante, **alegando que no exercício da função gratificada, sendo a senhora Mávila servidora efetiva, não pertenciam ao rol gerado pela súmula Vinculante nº 13 do STF. E que a função exercida pelo senhor Eloi era de natureza política, sendo considerado como Agente Político, não havendo subordinação ou hierarquia com seu cônjuge dentro de uma mesma secretaria.** Por fim a senhora Mávila afirmou que por diversas vezes ocupou o mesmo cargo em comissão, sem qualquer influência de seu esposo, e não exerceu qualquer influência na contratação do senhor Eloi.

A municipalidade e o ex-prefeito apresentaram defesa, disposta nas peças 44 e 46, na qual afirmam inexistir irregularidades na nomeação dos interessados, tendo em vista que o senhor **Elói de Souza Falcão foi nomeado ao cargo de Chefe de Gabinete, cargo este equiparado ao de Secretário Municipal exercendo cargo de agente político de livre nomeação pelo chefe do executivo municipal.** Quanto a senhora **Mávila de Fátima Barbosa Arruda Falcão as funções que exercia desde 2012, sempre foram funções essencialmente técnicas,** conforme parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 4700/2018. (g.n.)

No exame conclusivo de mérito da Representação, a citada Instrução nº 2176/21-CGM (peça 47), à luz do teor das defesas apresentadas pelos representados, atestou que o Sr. Eloi de Souza Falcão foi nomeado para exercício de função de agente político, desenvolvendo atividades como Chefe de Gabinete do Prefeito, ao passo que sua cônjuge, Sra. Mávila de Fátima Barbosa Arruda Falcão, exercia a função comissionada de Diretora de Área na Secretaria Municipal de Urbanismo, de modo que não existia direta relação hierárquica entre os citados.

Sublinha que de acordo com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a configuração do nepotismo ocorre quando *“existe uma relação de subordinação hierárquica entre os servidores, na qual um assina o ato de nomeação do outro”*.

Cita, neste sentido, os precedentes da Supremo Corte objetos da Reclamação RCL nº 28292¹, de Relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, e da Reclamação RCL nº 9.284, de Relatoria do Ministro Dias Toffoli².

Conclui, por conseguinte, não ter havido a prática de nepotismo indicada na Representação.

Acrescenta, de outra parte, na eventualidade de se firmar um juízo contrário ao daquela unidade instrutiva, que em consulta ao Portal Transparência do Município de Fazenda Rio Grande verificou que o representado Eloi de Souza Falcão foi exonerado da função de Chefe de Gabinete em 31.12.2020, de sorte que a suposta irregularidade objeto de análise nesta Representação teria perdido seu objeto com a superveniente exoneração.

Ao final, opina pelo encerramento dos autos, em razão da alteração da situação fática ocorrida no transcurso da instrução processual.

É o **relatório**.

Inicialmente, esta 4ª Procuradoria de Contas consigna sua discordância em relação ao opinativo da unidade instrutiva de encerramento dos autos, posto que a superveniente exoneração do representado Eloi de Souza Falcão não regularizaria a eventual prática de nepotismo, supostamente havida ao tempo em que foi nomeado e exerceu a função de Chefe de Gabinete.

A posterior demissão do representado poderia ser ter reflexos na avaliação das consequências jurídicas (sancionatórias e/ou reparatórias) do eventual juízo de procedência da Representação, de modo que, como o ato ora impugnado consumou-se e produziu seus efeitos, não é o caso de perda de objeto da presente Representação.

¹ Reclamação nº Rcl 28292, Rel. Min. Alexandre de Moraes, 1ª Turma, Publicação DJe 20/03/2018.

² Reclamação nº Rcl 9.284, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, Publicação DJe 19/11/2014.

Lado outro, quanto à análise de mérito dos autos, assentimos com a conclusão da unidade instrutiva de que os representados logram demonstrar a ausência de subordinação hierárquica entre o Sr. Eloi de Souza Falcão e sua cônjuge Mávila de Fátima Barbosa Arruda Falcão, até porque, ao tempo da nomeação deste como Chefe de Gabinete (em 10.03.2020) e como responsável pela Secretaria de Governo (em 01.04.2020), formalizadas pelos Decretos nº 5144/20 e nº 5189/20, sua esposa, **servidora efetiva no quadro do Fazenda Rio Grande**³, já ocupava o cargo comissionado de Diretora de Área da Secretaria Municipal de Urbanismo, **nomeada em 18.03.2018**.

Ademais, na qualidade de Diretora de Área da Secretaria Municipal de Urbanismo, a **Sra. Mávila de Fátima Barbosa Arruda Falcão não detinha atribuição e/ou competência para interferir na nomeação de seu esposo aos cargos de Chefe de Gabinete e Secretaria de Governo**.

Conseqüentemente, tal qual a unidade técnica, inclusive no que tange aos precedentes do STF reproduzidos na Instrução nº 2176/21-CGM (peça 47), esta 4ª Procuradoria de Contas **conclui não ter restado caracterizada a situação de nepotismo** nas nomeações do Sr. Eloi de Souza Falcão, objeto dos Decretos nº 5144/20 e nº 5189/20.

Entretanto, do exame dos documentos acostados aos autos, vislumbra-se a **inadequação do cargo em comissão de Diretora de Área da Secretaria Municipal de Urbanismo**, titularizado pela representada Mávila de Fátima Barbosa Arruda Falcão, **à luz dos enunciados fixados no Prejulgado nº 25**.

Isto porque as atribuições do referido cargo comissionado, descritas no art. 4º do Decreto nº 4700/2018 (peça 06), **revestem-se de atividades técnico-operacionais ou burocráticas**, essencialmente afetas à fiscalização de contratos, e, em perfunctória análise, não aderentes ao cronograma da Secretaria Municipal de Urbanismo (peça 08), **caracterizando situação vedada pela redação atual do item V do mencionado Prejulgado nº 25**. Vejamos:

³ Nomeada por concurso público para o cargo de Professora – 40 horas, conforme Portaria 279/2012, na data de 04/09/2012.

(...) v. É **vedada** a criação de cargos em comissão para o **exercício de atribuições técnicas-operacionais ou burocráticas**, exceto quando o exercício dessa atividade exigir vínculo de confiança pessoal com o servidor nomeado. (g.n.)

Ressalta-se, por oportuno, que o Prejulgado nº 25 é atualmente objeto de revisão para adequá-lo à superveniente decisão proferida pelo STF no Recurso Extraordinário nº 1041210⁴, sendo que na PVT nº 201/2021 a ser apresentada pelo Conselho Fernando Augusto Mello Guimarães a vedação contida no item V está mantida, tendo o Relator acatado o opinativo do Parecer nº 95/21-PGC (peça 20 dos autos nº 90189/15), no sentido de retirar a expressão “*exceto quando o exercício dessa atividade exigir vínculo de confiança pessoal com o servidor nomeado*”.

Portanto, caso os demais integrantes do Tribunal Pleno acompanhem a mencionada PVT nº 201/2021, o item V do Prejulgado nº 25 passará a ter a seguinte redação:

(...) v. É **vedada** a criação de cargos em comissão para o **exercício de atribuições técnicas-operacionais ou burocráticas**. (g.n.)

Com efeito, **parece-nos incontroversa a constatação de que as atividades do cargo comissionado de Diretor de Área da Secretaria Municipal de Urbanismo descritas no art. 4º do Decreto nº 4700/2018** (peça 06) estão em **descordo com os enunciados fixados**

⁴ Que fixou as seguintes Teses de Repercussão Geral:

- a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;
- b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;
- c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e
- d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

pelo STF no julgamento do RE nº 1041210 e no Prejulgado nº 25, cabendo a emissão de determinação ao Município de Fazenda Rio Grande para adoção de medidas corretivas.

Ante o exposto, este Ministério Público de Contas, a despeito de opinar pela **improcedência** deste Representação nos termos em que e para os fins propostos pela Procuradoria Geral, considerada a gravidade da irregularidade constatada no curso da instrução do presente feito, propugna pela **emissão de determinação** ao Município de Fazenda Rio Grande, observando-se o devido contraditório, para que:

1. Adeque a estruturação do seu quadro de cargos comissionados às Teses de Repercussão Geral fixadas pelo STF no julgamento do RE nº 1041210; e
2. Exonere os servidores comissionados que desempenhem indevidamente atividades burocráticas, técnicas ou operacionais, tal como o(a) titular do cargo de Diretor de Área da Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme indicado neste opinativo.

É o parecer.

Curitiba, 20 de agosto de 2021.

Assinatura Digital

GABRIEL GUY LÉGER

Procurador do Ministério Público de Contas